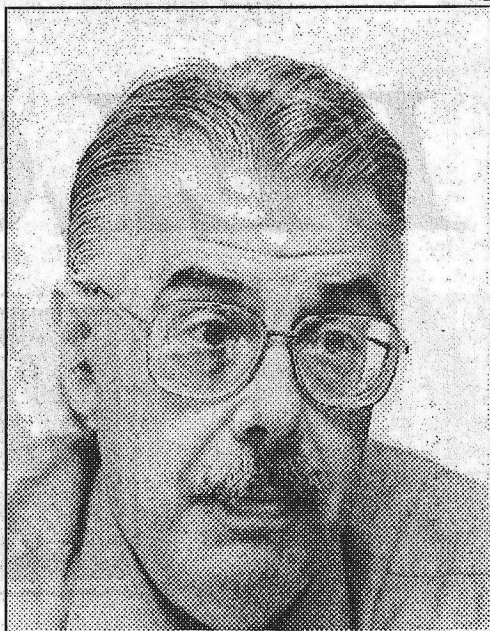
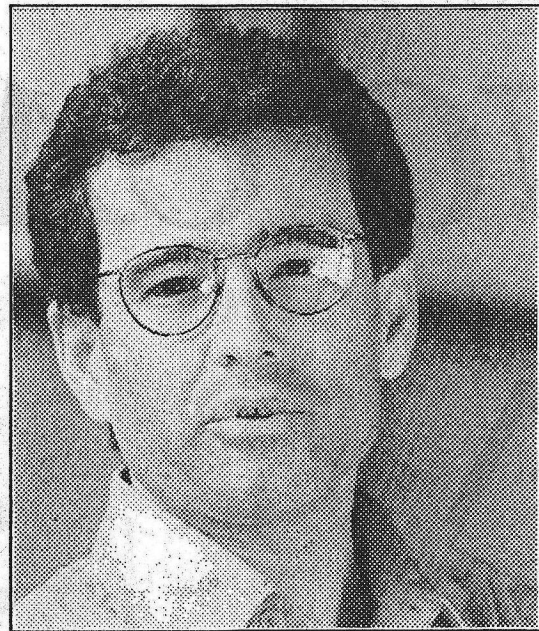




Pastore: segunda moeda seria um erro



Martone: dolarizar prova incompetência



Toledo: âncora cambial não funcionaria

Nova moeda não resolve, dizem economistas

34

ROLF KUNTZ

É melhor esquecer os truques monetários de combate à inflação, advertem os professores Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, Celso Martone e Joaquim Elói Cirne de Toledo, todos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe). Dolarização, âncora cambial e duas moedas não só não resolverão os problemas como ainda poderão agravá-los, sustentam os três economistas em artigos escritos para a nova edição de *Informações Fipe*, ontem distribuída. Só há dois caminhos, diz Martone. Um é o da hiperinflação, seguida pela dolarização espontânea. O outro é o da estabilização do cruzeiro, com as contas públicas em equilíbrio de longo prazo e câmbio flexível.

Duas moedas igualmente aceitas como pagamento, uma corroída

pela alta de preços e outra corrigida todos os dias, não poderiam coexistir por muito tempo. Todos tentariam livrar-se da primeira e esta acabaria sendo extinta pela hiperinflação, lembra o professor Pastore. Segundo o economista, "supor que a inflação possa ser debelada por meio de um programa que tenha duas moedas com poder liberatório é um erro gigantesco".

Martone usa o mesmo raciocínio para criticar a proposta de um *currency board* (caixa de conversão), atribuída ao novo negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende. Seria um sistema "inerentemente instável", provavelmente destinado a uma hiperinflação em cruzeiros. Outra forma de dolarizar a econo-

**SOLUÇÃO É
MESMO
CONSEGUIR O
CRUZEIRO**

mia nacional seria o Banco Central emitir cruzeiros lastreados na reserva cambial. Isso implicaria um regime de câmbio fixo, inadequado, segundo Martone, a uma economia como a brasileira, com baixo

grau de abertura (importações e exportações somam 15% do PIB), diversificada na produção e no comércio externo. Numa economia relativamente fechada, congelar as cotações do dólar contribuiria pouco para frear a

alta de preços. Mas teria um grande custo econômico e social.

Politicamente, acrescenta Martone, a dolarização é também "um atestado formal de incompetência do governo (e da sociedade) em administrar a própria moeda, delegando essa responsabilidade a

uma nação estrangeira".

Joaquim Elói Cirne de Toledo critica três modelos de âncora cambial: nenhum deles daria certo, conclui. No modelo mais simples, o da prefixação do câmbio, seria necessário, em 1994, um ajuste fiscal equivalente, no mínimo, a 5% do PIB. O governo deveria ser capaz de dispensar a aceleração inflacionária, que serve para corroer suas dívidas no mercado interno.

No segundo modelo haveria a fixação da taxa de câmbio. Seria indispensável uma inflação muito baixa, para o País poder continuar exportando. O acerto fiscal teria de ser de uns 10% do PIB.

No caso do *currency board*, o País precisaria de pleno equilíbrio nas contas de governo e, além disso, a dívida pública teria de ser alongada, provavelmente de forma compulsória, porque o governo seria devedor numa moeda que ele não emite (o dólar). Em todos os